



Ministério Público de Sergipe

Expediente nº 20.27.0229.0001397/2026-97

**PORTARIA Nº 1.194/2026
DE 31 DE MARÇO DE 2026**

**Altera
titularidade
de
fiscalização
de
contrato
entre
servidores.**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, do Estado de Sergipe,

CONSIDERANDO o disposto no art. 104, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o preceito do *caput* do art. 117. da Lei Federal nº 14.133/2021, que determina que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da mencionada Lei, ou pelos respectivos substitutos;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 8º e 9º da Portaria nº 88/2024, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, as rotinas administrativas aplicáveis à gestão e à fiscalização de Contratos,

RESOLVE:

Art. 1º A Fiscalização Técnica do **Contrato nº 060/2025 FSF TECNOLOGIA LTDA**, exercida pelo Analista do MPSE, **Carlos Fernando Aquino Mota, matrícula 2.055**, designado para auxiliar o Gestor do Contrato, passa a ser exercida (fiscalização técnica) pelo servidor **José Mário da Cruz Costa, matrícula 1.538**, Assessor de Tecnologia da Informação, quanto aos aspectos técnicos do objeto contratado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.



Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505 - Bairro Capucho,
Edifício Governador Luiz Garcia Centro Adm. Gov. Augusto Franco,
Aracaju/SE - CEP: 49081-000 - Fone: (79) 3209-2400

Expediente nº 20.27.0229.0001397/2026-97

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Nilzir Soares Vieira Junior
Procurador-Geral de Justiça

Expediente assinado eletronicamente por **Nilzir Soares Vieira Junior***, em **05/04/2026 21:57:43**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.



A validade deste documento pode ser conferida no site
<http://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/Publico.html#/Expediente/ConsultaPublica>
informando o número do expediente: **20.27.0229.0001397/2026-97**